



## Entre o eterno retorno e a redenção histórica: Nietzsche, Benjamin e a crise da temporalidade moderna

Marco Aurélio da Silva

### Resumo

O presente artigo analisa criticamente o antagonismo filosófico entre Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin a partir do problema da temporalidade moderna, enfatizando a tensão entre eterno retorno e redenção histórica. O estudo parte da hipótese de que ambos os autores compartilham um diagnóstico comum acerca da crise da modernidade europeia marcada pelo colapso das estruturas metafísicas tradicionais, pela expansão da racionalidade técnica e pela fragmentação da experiência histórica, embora elaborem respostas radicalmente distintas diante do niilismo moderno. Em Nietzsche, o eterno retorno emerge como radicalização da imanência e como crítica à teleologia metafísica da história, exigindo afirmação trágica do devir e fidelidade absoluta à contingência da existência. Em Benjamin, a crítica ao historicismo progressista conduz à formulação de uma temporalidade messiânica fundada na interrupção crítica do continuum histórico e na lembrança dos vencidos. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em abordagem hermenêutica, filosófico-analítica e crítico-interpretativa, mobilizando principalmente as obras Assim Falou Zaratustra, A Gaia Ciência e Genealogia da Moral, de Nietzsche, bem como Sobre o Conceito de História e A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica, de Benjamin. A investigação demonstra que o antagonismo entre ambos ultrapassa uma divergência sobre a história e revela duas ontologias inconciliáveis do tempo moderno: de um lado, a afirmação trágica do devir; de outro, a exigência ética da redenção histórica. Conclui-se que o confronto entre Nietzsche e Benjamin permanece decisivo para compreender os impasses contemporâneos relacionados ao niilismo, à técnica, à memória e à crise da experiência temporal na modernidade tardia.

**Palavras-chave:** Nietzsche; Walter Benjamin; eterno retorno; redenção histórica; temporalidade; niilismo; modernidade; memória.

## **Between eternal return and historical redemption: Nietzsche, Benjamin and the crisis of modern temporality**

### **Abstract**

This article critically analyzes the philosophical antagonism between Friedrich Nietzsche and Walter Benjamin through the problem of modern temporality, emphasizing the tension between eternal return and historical redemption. The study is based on the hypothesis that both thinkers share a common diagnosis of the crisis of European modernity marked by the collapse of traditional metaphysical structures, the expansion of technical rationality, and the fragmentation of historical experience although they develop radically different responses to modern nihilism. In Nietzsche, eternal return emerges as a radicalization of immanence and as a critique of the metaphysical teleology of history, demanding a tragic affirmation of becoming and absolute fidelity to the contingency of existence. In Benjamin, the critique of progressive historicism leads to the formulation of a messianic temporality grounded in the critical interruption of the historical continuum and in the remembrance of the defeated. Methodologically, the research is based on a hermeneutic, philosophical-analytical, and critical-interpretative approach, drawing primarily on Nietzsche's *Thus Spoke Zarathustra*, *The Gay Science*, and *On the Genealogy of Morality*, as well as Benjamin's *On the Concept of History* and *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*. The investigation demonstrates that the antagonism between these thinkers goes beyond a mere disagreement about history and reveals two irreconcilable ontologies of modern time: on the one hand, the tragic affirmation of becoming; on the other, the ethical demand for historical redemption. The article concludes that the confrontation between Nietzsche and Benjamin remains crucial for understanding contemporary dilemmas related to nihilism, technology, memory, and the crisis of temporal experience in late modernity.

**Keywords:** Nietzsche; Walter Benjamin; eternal return; historical redemption; temporality; nihilism; modernity; memory.

### **Introdução**

A crise da modernidade europeia não se manifesta apenas no colapso de instituições políticas, religiosas ou econômicas, mas sobretudo na ruptura da experiência histórica que sustentava a

inteligibilidade do tempo no Ocidente. A dissolução das metafísicas clássicas, o avanço da racionalidade técnico-instrumental, a secularização da vida social e a consolidação do capitalismo industrial produziram uma transformação profunda na maneira pela qual os sujeitos passaram a compreender passado, presente e futuro. A temporalidade moderna deixou de ser percebida como ordem transcendente orientada por finalidades metafísicas e converteu-se em fluxo histórico acelerado, fragmentário e submetido à lógica do progresso técnico. Contudo, precisamente nesse processo, a ideia moderna de progresso revelou seu caráter paradoxal: enquanto prometia emancipação, produzia simultaneamente experiências crescentes de alienação, violência histórica e empobrecimento da memória coletiva.

É nesse horizonte de crise que emergem as reflexões de Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin. Embora separados por contextos históricos distintos, ambos identificam na modernidade ocidental uma profunda deformação da experiência temporal. Em Nietzsche, essa deformação encontra sua origem na tradição metafísica platônico-cristã, responsável por instaurar uma compreensão transcendente da existência fundada na negação do devir, do corpo e da finitude. A história ocidental aparece, assim, como história do niilismo: um processo contínuo de desvalorização da vida em favor de ideais abstratos de verdade, moralidade e salvação. Contra essa tradição, Nietzsche formula a doutrina do eterno retorno não apenas como hipótese cosmológica, mas como experiência extrema de afirmação da existência. O eterno retorno dissolve a teleologia histórica e elimina qualquer expectativa redentora fundada em transcendência. O tempo deixa de possuir direção finalística e passa a constituir repetição infinita do devir, exigindo do sujeito uma adesão radical à imanência da vida.

Benjamin, por outro lado, desenvolve sua filosofia sob o impacto das ruínas produzidas pela modernidade do século XX: o avanço do fascismo, a industrialização da guerra, a mercantilização da cultura e a destruição da experiência histórica pela racionalidade capitalista. Sua crítica dirige-se ao historicismo progressista que interpreta a história como desenvolvimento contínuo da civilização. Para Benjamin, essa concepção linear do tempo constitui uma forma ideológica de legitimação da barbárie, pois transforma a violência dos vencedores em necessidade histórica. Em oposição ao tempo homogêneo e vazio da modernidade burguesa, Benjamin elabora uma concepção descontínua e messiânica da história, na qual o passado permanece aberto e os vencidos reclamam redenção. A história deixa de ser continuidade evolutiva para tornar-se campo de disputa entre memória e esquecimento, entre catástrofe e interrupção revolucionária.

A tensão entre eterno retorno e redenção histórica não representa apenas uma divergência conceitual acerca do tempo, mas evidencia dois paradigmas filosóficos antagônicos de enfrentamento da crise moderna. Enquanto Nietzsche radicaliza a afirmação trágica da existência ao recusar qualquer

promessa redentora, Benjamin reinscreve a possibilidade de redenção na memória histórica dos derrotados. Em Nietzsche, o sofrimento deve ser afirmado como expressão inevitável do devir; em Benjamin, ele exige rememoração crítica e interrupção da continuidade da violência histórica. O antagonismo entre ambos revela uma questão decisiva para a filosofia contemporânea: é possível pensar a superação do niilismo moderno sem recorrer a alguma forma de redenção histórica? Ou toda tentativa de redenção inevitavelmente reinscreve a metafísica da salvação criticada por Nietzsche?

Diante disso, o problema central deste artigo consiste em investigar de que maneira as categorias de eterno retorno e redenção histórica expressam concepções inconciliáveis de temporalidade, memória e emancipação no interior da crítica filosófica da modernidade. Busca-se compreender não apenas as diferenças teóricas entre Nietzsche e Benjamin, mas sobretudo aquilo que está em disputa em suas interpretações da história: a possibilidade, ou impossibilidade de conferir sentido ético e político ao sofrimento histórico.

A hipótese que orienta esta investigação sustenta que Benjamin pode ser interpretado como uma resposta crítico-messiânica aos limites da ontologia afirmativa nietzschiana. Embora ambos rejeitem o historicismo progressista e a linearidade temporal da modernidade burguesa, Nietzsche dissolve a memória histórica em uma ética da afirmação do destino, enquanto Benjamin procura preservar uma dimensão ética da história fundada na rememoração dos vencidos. Assim, argumenta-se que o eterno retorno, ao absolutizar a imanência do devir, inviabiliza qualquer política da memória histórica, ao passo que Benjamin reintroduz a exigência de redenção como resistência à naturalização da barbárie moderna.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar hermeneuticamente a oposição entre eterno retorno e redenção histórica, demonstrando como Nietzsche e Benjamin elaboram modelos antagônicos de temporalidade em resposta à crise da modernidade europeia. Especificamente, pretende-se: compreender a crítica nietzschiana à metafísica da história; investigar a concepção benjaminiana de tempo messiânico e memória dos vencidos; analisar as implicações éticas e políticas de ambas as perspectivas; e discutir a atualidade desse confronto diante das formas contemporâneas de esquecimento histórico, aceleração técnica e violência estrutural.

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e hermenêutico-filosófica, articulando análise conceitual, leitura imanente dos textos e interpretação crítico-comparativa. O procedimento hermenêutico adotado busca compreender as categorias de tempo, história, memória e redenção a partir da lógica interna das obras de Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin, evitando tanto leituras meramente historicistas quanto aproximações arbitrárias

entre os autores. A análise concentra-se especialmente em *Assim Falou Zaratustra*, *A Gaia Ciência*, *Genealogia da Moral* e *Teses Sobre o Conceito de História*, buscando identificar os fundamentos ontológicos e político-históricos de suas concepções de temporalidade.

A relevância deste estudo reside no fato de que a tensão entre afirmação do devir e redenção da história permanece decisiva para compreender as contradições contemporâneas da modernidade tardia. Em uma época marcada pela aceleração algorítmica do tempo, pela saturação informacional, pela erosão da memória coletiva e pela permanência de formas renovadas de violência política, o debate entre Nietzsche e Benjamin revela-se fundamental para pensar os limites éticos da civilização técnica e as possibilidades de resistência histórica diante da barbárie contemporânea.

### **Nietzsche e o eterno retorno como crítica da metafísica histórica**

A filosofia de Nietzsche representa uma das mais radicais rupturas com a tradição metafísica ocidental. Mais do que uma crítica moral do cristianismo ou uma contestação isolada dos valores modernos, sua obra constitui um esforço sistemático de desconstrução das categorias ontológicas que sustentaram a civilização europeia desde a filosofia grega clássica. Em textos como *Assim Falou Zaratustra*, *A Gaia Ciência* e *Genealogia da Moral*, Nietzsche procura demonstrar que a metafísica ocidental produziu historicamente uma cisão entre vida e verdade, corpo e espírito, imanência e transcendência. A tradição platônico-cristã teria construído um horizonte interpretativo fundado na desvalorização da existência concreta, subordinando o mundo sensível a ideais transcendentais de verdade, moralidade e salvação. A crítica nietzschiana, nesse sentido, não se limita ao campo religioso; ela atinge a própria estrutura do pensamento ocidental, denunciando a metafísica como forma histórica de negação da vida.

A modernidade, embora secularizada, não teria superado essa lógica metafísica. Para Nietzsche, os ideais iluministas de progresso, emancipação racional e aperfeiçoamento moral da humanidade preservam, sob linguagem laica, a mesma estrutura teleológica herdada do cristianismo. A história moderna continua organizada pela expectativa de uma reconciliação futura: o progresso substitui a salvação religiosa, mas mantém intacta a crença em um sentido final da história. Assim, a racionalidade moderna converte o tempo em processo linear orientado para um fim universal, transformando o presente em mera etapa transitória de um futuro prometido. Nietzsche interpreta essa temporalidade progressiva como expressão do niilismo europeu, pois ela impede a afirmação plena da existência ao subordinar a vida concreta a ideais abstratos e futuros. O homem moderno permanece incapaz de reconciliar-se com a contingência, o sofrimento e a finitude porque continua preso à necessidade metafísica de justificar a existência por meio de finalidades transcendentais.

É precisamente contra essa estrutura teleológica da história que emerge a doutrina do eterno retorno. Contudo, o eterno retorno não deve ser compreendido apenas como hipótese cosmológica ou formulação especulativa acerca da repetição do universo. Sua radicalidade filosófica reside no fato de constituir simultaneamente uma categoria ontológica, ética, hermenêutica e existencial. O eterno retorno destrói a própria possibilidade de pensar o tempo como progresso linear ou desenvolvimento cumulativo da razão histórica. O devir não conduz a qualquer síntese final, não caminha em direção à redenção nem obedece a uma racionalidade oculta. A realidade é puro movimento de forças sem finalidade transcendente.

### *$t \rightarrow \infty \Rightarrow$ repetição infinita do devir*

A dimensão ontológica do eterno retorno torna-se ainda mais radical quando compreendida em relação à crítica nietzschiana da metafísica do ser. Desde Plato, a filosofia ocidental procurou estabilizar o real por meio da invenção de essências permanentes, substâncias imutáveis e fundamentos transcendentais capazes de proteger o pensamento contra a instabilidade do devir. Nietzsche rompe violentamente com essa tradição ao afirmar que não existe ser por trás do movimento, nem fundamento último oculto sob a aparência do mundo sensível. O devir deixa de ser imperfeição ontológica e converte-se na própria estrutura da realidade. O eterno retorno implode, portanto, a distinção metafísica entre ser e aparência, substituindo a ontologia da permanência por uma ontologia trágica da transformação incessante.

Nesse contexto, a categoria de vontade de potência ocupa posição decisiva na arquitetura filosófica nietzschiana. A vontade de potência não designa mero impulso psicológico de dominação individual, mas princípio interpretativo da própria realidade. O mundo é compreendido como multiplicidade dinâmica de forças em permanente conflito, expansão e reorganização. Não existem substâncias estáveis nem identidades fixas; tudo o que existe expressa relações contingentes de força. A realidade é essencialmente agonística. O eterno retorno representa precisamente a circularidade infinita dessa dinâmica conflitiva. O tempo não possui direção moral nem finalidade racional porque a existência é constituída por disputas incessantes entre forças interpretativas. Dessa maneira, Nietzsche substitui a ideia metafísica de ordem universal por uma compreensão trágica do mundo como campo aberto de intensidades, antagonismos e criações provisórias de sentido.

O eterno retorno deve ser compreendido também como categoria ética fundamental. Seu problema central não é científico, mas existencial. Nietzsche desloca a questão da verdade objetiva para a capacidade humana de afirmar a vida integralmente. A pergunta decisiva do eterno retorno não consiste em saber se a repetição infinita do mundo pode ser demonstrada empiricamente, mas se o

sujeito seria capaz de desejar que sua existência retornasse eternamente, em todos os seus detalhes, dores e contradições. O eterno retorno converte-se, assim, em prova extrema da afirmação da vida. Aceitar infinitamente cada instante da existência significa destruir toda esperança metafísica de compensação futura. O sofrimento deixa de ser interpretado como escândalo moral ou desvio da ordem universal; ele torna-se elemento constitutivo da própria experiência trágica do viver.

Essa dimensão ética encontra expressão na noção de amor fati, conceito central da filosofia nietzschiana. O amor fati não significa resignação passiva diante do destino, mas adesão afirmativa à necessidade da existência. Amar o destino implica desejar aquilo que ocorre sem recorrer a justificativas transcendentais, sem buscar consolo em promessas escatológicas e sem transformar o sofrimento em dívida moral. Nietzsche exige fidelidade absoluta ao instante. A vida deve ser afirmada não apesar de sua tragicidade, mas precisamente por causa dela. O trágico deixa de ser problema a ser superado e converte-se em condição afirmativa da existência. A temporalidade circular do eterno retorno destrói, assim, toda expectativa de redenção futura e reconciliação final da história.

A crítica nietzschiana da metafísica histórica possui igualmente profundas implicações hermenêuticas. Se não existem fundamentos absolutos do ser, tampouco existem interpretações definitivas da realidade. Toda verdade revela-se perspectivística, situada e produzida historicamente por relações de força. A genealogia desenvolvida por Nietzsche procura demonstrar que valores morais, categorias filosóficas e instituições sociais não possuem origem transcendental, mas emergem de disputas históricas concretas. Nesse sentido, a história deixa de ser narrativa universal do progresso humano e passa a ser compreendida como campo descontínuo de interpretações em conflito. O eterno retorno redefine o próprio estatuto da interpretação histórica: não existe sentido último oculto na história, mas multiplicidade contingente de perspectivas produzidas pela vontade de potência.

Essa ruptura com a teleologia histórica conduz Nietzsche a uma crítica radical da modernidade europeia. O ideal moderno de progresso aparece como continuação secularizada da escatologia cristã. A ciência, o racionalismo iluminista e a crença no desenvolvimento histórico da humanidade preservariam, segundo Nietzsche, a mesma estrutura metafísica da redenção. A modernidade apenas substitui Deus pela razão histórica. O eterno retorno destrói essa ilusão progressista ao afirmar que a história não possui finalidade moral nem direção universal. Não existe emancipação final da humanidade, nem reconciliação definitiva entre razão e realidade. O sofrimento histórico não será superado por qualquer avanço civilizatório, pois a existência permanece atravessada pela contingência, pelo conflito e pela tragicidade constitutiva do devir.

Entretanto, é precisamente nessa radicalização da imanência que emerge uma das tensões mais decisivas da filosofia nietzschiana. Ao dissolver toda possibilidade de redenção histórica em nome da afirmação absoluta do devir, Nietzsche parece neutralizar a dimensão ética da memória histórica. A exigência de afirmar integralmente a existência inclui igualmente a necessidade de afirmar violência, destruição e sofrimento como expressões inevitáveis da dinâmica da vida. O eterno retorno não permite que a história seja julgada a partir de critérios transcendentais de justiça. Surge, então, um problema filosófico fundamental: a crítica nietzschiana da metafísica liberta a existência das ilusões redentoras ou elimina a possibilidade de resistência ética diante da barbárie histórica? Em outras palavras, a afirmação trágica do devir supera o niilismo moderno ou converte o sofrimento histórico em destino inevitável?

É precisamente nesse ponto que a reflexão de Walter Benjamin adquire relevância crítica decisiva. Se Nietzsche dissolve a história na circularidade afirmativa do devir e destrói qualquer horizonte de redenção, Benjamin procurará reinscrever a memória dos vencidos no interior da experiência histórica. Contra a fidelidade absoluta ao destino, Benjamin defenderá a necessidade de interromper criticamente o continuum da barbárie moderna e resgatar os fragmentos esquecidos da experiência humana. O confronto entre ambos revela não apenas duas concepções distintas de temporalidade, mas duas respostas filosóficas antagônicas diante da crise da modernidade: de um lado, a afirmação trágica da existência; de outro, a exigência ética de redenção histórica.

### **Walter Benjamin e a redenção histórica dos vencidos**

A filosofia de Benjamin emerge das ruínas históricas da modernidade europeia e constitui uma das mais radicais tentativas de repensar a experiência do tempo após o colapso das promessas iluministas de progresso. Diferentemente de Friedrich Nietzsche, cuja crítica da metafísica conduz à afirmação trágica do devir, Benjamin procura compreender a modernidade a partir de suas fraturas, interrupções e catástrofes. Sua reflexão nasce sob o impacto histórico da industrialização da guerra, da ascensão do fascismo, da mercantilização da cultura e da dissolução da experiência coletiva produzida pelo capitalismo tardio. Nesse contexto, Benjamin identifica no conceito moderno de progresso não um princípio de emancipação humana, mas uma das formas ideológicas mais sofisticadas de legitimação da barbárie histórica.

A crítica benjaminiana dirige-se sobretudo à estrutura temporal da modernidade burguesa. O historicismo europeu construiu uma compreensão linear, homogênea e acumulativa do tempo, segundo a qual a história seria desenvolvimento contínuo da razão e da civilização. Essa concepção transforma o sofrimento histórico em etapa necessária do progresso humano e converte a violência

dos vencedores em fundamento oculto da ordem moderna. Benjamin percebe que a ideia moderna de progresso opera como teologia secularizada: substitui-se a salvação religiosa pela promessa histórica de emancipação futura, preservando intacta a estrutura teleológica herdada da metafísica ocidental. A modernidade não abandona a escatologia; apenas transfere sua esperança para o horizonte da técnica, do desenvolvimento econômico e da racionalidade científica.

É precisamente contra essa temporalidade progressiva que Benjamin elabora sua filosofia da história. Nas Teses Sobre o Conceito de História, o tempo homogêneo da modernidade aparece como mecanismo de neutralização da experiência histórica. A continuidade temporal produz esquecimento porque transforma a história em sequência causal administrável, dissolvendo a singularidade do sofrimento humano na abstração da narrativa civilizatória. Benjamin recusa essa domesticação histórica da violência. O passado não constitui sucessão encerrada de acontecimentos objetivos; ele permanece atravessado por vidas interrompidas, derrotas silenciadas e experiências destruídas pela lógica do progresso. A história oficial organiza a memória dos vencedores enquanto condena os vencidos ao desaparecimento histórico.

A célebre imagem do “anjo da história”, inspirada na obra *Angelus Novus*, expressa precisamente essa inversão radical da consciência histórica moderna. O anjo contempla o passado não como marcha evolutiva da humanidade, mas como acumulação infinita de ruínas. Aquilo que o discurso moderno denomina progresso aparece, para Benjamin, como continuidade catastrófica da destruição. A tempestade que impulsiona o anjo para o futuro não representa emancipação, mas violência histórica incessante. A modernidade técnica produz simultaneamente desenvolvimento material e devastação humana. O capitalismo industrial acelera o tempo histórico enquanto destrói as condições de elaboração da experiência coletiva. A história torna-se catástrofe permanente administrada pela racionalidade técnica.

A categoria de catástrofe ocupa, portanto, posição central na filosofia benjaminiana da história. Diferentemente das concepções tradicionais que interpretam a catástrofe como ruptura excepcional da normalidade histórica, Benjamin sugere que a própria continuidade da modernidade constitui a verdadeira catástrofe. O horror não reside apenas nos eventos extremos, mas no funcionamento ordinário da civilização moderna. A repetição cotidiana da exploração, da exclusão e da violência institucionalizada converte a história em processo contínuo de destruição da experiência humana. Nesse sentido, Benjamin desloca radicalmente o problema filosófico da história: o que exige explicação não é a irrupção da barbárie, mas a persistência histórica das estruturas que a produzem.

Contra a linearidade temporal da modernidade, Benjamin formula a categoria de *Jetztzeit* (“tempo-agora”), uma das noções mais decisivas e complexas de sua filosofia. O *Jetztzeit* não corresponde

ao presente cronológico nem a um simples instante psicológico. Trata-se de uma categoria messiânica de interrupção histórica.

### ***Jetztzeit = interrupção messiânica do continuum histórico***

O Jetztzeit explode o continuum temporal da modernidade porque interrompe a causalidade progressiva da história. O tempo deixa de ser sucessão homogênea de eventos e converte-se em constelação crítica entre passado e presente. No instante messiânico, fragmentos esquecidos da história tornam-se legíveis novamente. O presente não aparece como resultado inevitável do passado, mas como campo aberto de disputa histórica. Benjamin rompe, assim, com toda concepção evolucionista da história: a transformação histórica não emerge da continuidade do progresso, mas da interrupção crítica de sua lógica temporal.

A categoria da rememoração (Eingedenken) deve ser compreendida nesse horizonte. Rememorar não significa conservar nostálgicamente o passado, mas libertar experiências históricas soterradas pela narrativa dominante. A memória possui dimensão política porque impede que a violência seja absorvida pela normalidade histórica. Os mortos permanecem inacabados enquanto sua derrota continua sem reconhecimento. Benjamin transforma a memória em exigência ética contra o esquecimento estrutural da modernidade. A redenção histórica não promete reconciliação metafísica do mundo; ela designa a possibilidade precária de arrancar os vencidos do silêncio produzido pela história dos vencedores.

A própria ideia benjaminiana de redenção introduz uma tensão filosófica decisiva. Embora Benjamin critique radicalmente a teleologia progressista da modernidade, sua filosofia preserva uma estrutura messiânica que parece resistir à dissolução completa da transcendência. Surge, então, um problema central: até que ponto a redenção histórica benjaminiana consegue escapar da metafísica da salvação criticada por Nietzsche? O messianismo benjaminiano não reintroduziria, sob forma secularizada, uma expectativa redentora incompatível com a radical imanência do devir? Essa tensão torna a filosofia de Benjamin profundamente ambígua e filosoficamente fecunda. Seu pensamento oscila continuamente entre materialismo histórico e teologia messiânica, entre crítica revolucionária da modernidade e esperança de redenção histórica.

É precisamente nessa ambiguidade que Benjamin se distancia radicalmente de Nietzsche. Se Nietzsche dissolve a memória histórica na afirmação trágica do eterno retorno, Benjamin insiste na impossibilidade ética de reconciliar-se plenamente com a violência da história. O sofrimento histórico não deve ser afirmado como destino inevitável do devir; ele exige interrupção crítica e rememoração política. Contra a ontologia afirmativa nietzschiana, Benjamin reinscreve a

negatividade no centro da experiência histórica. Sua filosofia recusa transformar a catástrofe em necessidade ontológica.

O antagonismo entre ambos revela duas respostas radicalmente distintas à crise da modernidade. Nietzsche procura libertar a existência da metafísica da redenção por meio da afirmação absoluta do devir; Benjamin procura impedir que essa destruição da transcendência conduza à naturalização da barbárie histórica. Entre a fidelidade trágica ao destino e a interrupção messiânica da catástrofe, emerge uma das tensões mais decisivas da filosofia contemporânea: a disputa entre afirmação e redenção como formas antagônicas de pensar tempo, memória e história.

### **Tempo, memória e história: antagonismos filosóficos**

O confronto entre Nietzsche e Benjamin não constitui apenas uma divergência teórica acerca da história, mas revela dois paradigmas ontológicos inconciliáveis de interpretação da temporalidade moderna. Em ambos os autores, o problema do tempo ultrapassa a dimensão cronológica e converte-se em questão decisiva acerca do sentido da existência humana diante da crise da modernidade. Contudo, aquilo que para Nietzsche exige afirmação integral do devir, para Benjamin exige interrupção crítica da continuidade histórica. O antagonismo entre ambos emerge precisamente da impossibilidade de reconciliar duas exigências filosóficas distintas: a fidelidade absoluta à imanência do tempo e a necessidade ética de redimir o sofrimento histórico.

Na filosofia de Nietzsche, o problema central da modernidade reside na incapacidade humana de afirmar a existência em sua contingência radical. O ressentimento nasce da recusa do passado, da tentativa metafísica de corrigir retrospectivamente aquilo que ocorreu. A tradição ocidental transforma sofrimento, finitude e acaso em escândalos morais porque permanece aprisionada à expectativa de uma ordem transcendente capaz de justificar a existência. O eterno retorno destrói essa estrutura compensatória ao exigir que cada instante seja desejado infinitamente. O passado deixa de ser objeto de culpa ou redenção; ele deve ser afirmado como expressão necessária do devir. A temporalidade circular dissolve qualquer horizonte escatológico e elimina a possibilidade de reconciliação final da história.

A radicalidade dessa afirmação introduz uma tensão filosófica decisiva. Ao exigir fidelidade absoluta ao devir, Nietzsche parece neutralizar a negatividade histórica do sofrimento. Se tudo deve ser afirmado como necessário, então violência, destruição e catástrofe tornam-se igualmente expressões inevitáveis da dinâmica da vida. A ontologia trágica nietzschiana dissolve a possibilidade de julgar a história a partir de critérios éticos transcendentais. O sofrimento deixa de exigir redenção e converte-se em elemento constitutivo da própria afirmação da existência. Surge,

então, uma questão incontornável: a superação nietzschiana do niilismo liberta a existência das ilusões metafísicas ou elimina as condições de possibilidade da justiça histórica?

É precisamente nesse ponto que a filosofia de Benjamin assume caráter profundamente antagonista. Contra a reconciliação afirmativa com o destino, Benjamin insiste em que o sofrimento histórico não pode ser absorvido pela lógica do devir. O passado permanece aberto porque as derrotas da história continuam inacabadas. A memória não constitui simples conservação subjetiva de acontecimentos pretéritos; ela emerge como categoria crítica de resistência contra o esquecimento produzido pela modernidade. Benjamin recusa transformar a violência histórica em necessidade ontológica. A barbárie não deve ser afirmada como expressão inevitável da vida, mas interrompida em sua continuidade histórica.

A categoria benjaminiana da rememoração (*Eingedenken*) possui, nesse sentido, dimensão profundamente explosiva. Rememorar não significa reconstruir objetivamente o passado nem preservar nostalgicamente a tradição. A rememoração interrompe a linearidade temporal da história oficial ao tornar novamente legíveis experiências destruídas pelo progresso moderno. A memória benjaminiana não é reconciliadora; ela é insurgente. Seu objetivo não consiste em harmonizar passado e presente, mas revelar as ruínas ocultadas pela narrativa triunfal da civilização. Cada fragmento esquecido da história contém potencial crítico contra a continuidade da dominação. A memória converte-se, assim, em violência hermenêutica contra o tempo homogêneo da modernidade burguesa.

Essa ruptura aparece de forma decisiva na categoria de *Jetztzeit* (“tempo-agora”). O *Jetztzeit* não designa mero presente cronológico, mas suspensão messiânica da causalidade histórica.

### ***Jetztzeit = explosão crítica da continuidade temporal***

No instante messiânico, o continuum histórico é violentamente interrompido. O presente deixa de aparecer como consequência inevitável do passado e torna-se campo aberto de disputa histórica. Benjamin implode a temporalidade progressiva da modernidade ao afirmar que a transformação revolucionária não emerge da continuidade do progresso, mas da interrupção crítica de sua lógica temporal. O tempo histórico deixa de ser desenvolvimento linear e converte-se em constelação descontínua entre ruínas do passado e possibilidades não realizadas da história.

A divergência entre Nietzsche e Benjamin revela também concepções radicalmente distintas de sujeito. Em Nietzsche, o sujeito afirmativo emerge como potência criadora capaz de suportar o eterno retorno do mesmo. A subjetividade define-se pela capacidade estética de transfigurar

sofrimento em força afirmativa. O homem forte é aquele que não exige compensação moral da existência. Benjamin, ao contrário, desloca a subjetividade para o campo da responsabilidade histórica. O sujeito não deve reconciliar-se plenamente com o mundo, mas reconhecer criticamente as marcas da violência inscritas na história. Enquanto Nietzsche busca libertar o homem da culpa metafísica, Benjamin procura impedir que a destruição da transcendência conduza à naturalização da barbárie.

O antagonismo entre ambos atinge igualmente o estatuto da interpretação histórica. Nietzsche opera genealógicamente, desmontando os fundamentos transcendentais da moral ocidental e revelando os valores como efeitos contingentes da vontade de potência. Não existe verdade histórica absoluta; toda interpretação emerge de relações de força. Benjamin também rejeita a neutralidade da história, mas sua hermenêutica assume direção distinta. Em vez da genealogia da afirmação, Benjamin trabalha por imagens dialéticas, fragmentos e constelações históricas. Sua filosofia recusa sistemas totalizantes porque compreende a realidade moderna como campo descontínuo de ruínas não reconciliadas. O pensamento torna-se leitura crítica dos resíduos históricos produzidos pela modernidade.

Apesar dessas diferenças radicais, Nietzsche e Benjamin compartilham um diagnóstico comum acerca da crise da modernidade. Ambos rejeitam o positivismo histórico, denunciam o empobrecimento da experiência humana e criticam a temporalidade progressiva da civilização técnica. Ambos percebem que a modernidade dissolve formas tradicionais de memória e transforma o tempo em mecanismo abstrato de administração da vida social. A aceleração histórica produz simultaneamente intensificação técnica e esvaziamento existencial. Nesse ponto, Nietzsche e Benjamin convergem: a modernidade produz uma profunda desorientação temporal.

Todavia, é precisamente diante dessa crise que suas filosofias tornam-se irreconciliáveis. Nietzsche procura superar o niilismo por meio da afirmação absoluta do devir; Benjamin tenta salvar a história da absorção completa pela lógica da catástrofe. Nietzsche dissolve a redenção na imanência trágica da existência; Benjamin reinscreve a negatividade histórica como exigência ética da memória. Um procura libertar o homem da necessidade de sentido transcendente; o outro procura impedir que essa destruição do sentido transforme o sofrimento histórico em destino inevitável.

O confronto entre ambos revela, portanto, duas respostas antagônicas ao colapso da temporalidade moderna. De um lado, a ontologia afirmativa do eterno retorno procura reconciliar o homem com a contingência absoluta do devir; de outro, a filosofia benjaminiana da rememoração insiste em preservar a irredutibilidade ética da catástrofe histórica. Entre afirmação e redenção, entre destino e

interrupção, entre devir e memória, emerge uma das disputas mais decisivas da filosofia contemporânea sobre o significado do tempo humano.

É justamente essa crise da experiência temporal que conduz ambos os autores à crítica da civilização técnica moderna. Tanto Nietzsche quanto Benjamin percebem que o capitalismo industrial, a racionalidade instrumental e o avanço técnico-científico alteraram profundamente a relação humana com memória, história e existência. A modernidade transforma o tempo em aceleração contínua, dissolve a densidade da experiência e reorganiza a vida segundo a lógica abstrata da produção e da eficiência. A partir dessa problemática, torna-se necessário investigar como niilismo, técnica e modernidade articulam-se na crítica filosófica desenvolvida por ambos os autores.

### **Modernidade, niilismo e crítica da civilização técnica**

A modernidade constitui, para Nietzsche e Benjamin, não apenas uma transformação histórica da civilização europeia, mas uma ruptura profunda na própria experiência do tempo, da memória e do sentido. Ambos percebem que o advento da racionalidade técnico-capitalista dissolveu os antigos fundamentos metafísicos que estruturavam a existência ocidental, produzindo uma crise inédita da experiência humana. Entretanto, aquilo que Nietzsche interpreta como culminação do niilismo europeu, Benjamin compreenderá como catástrofe histórica permanente da modernidade capitalista. O antagonismo entre ambos emerge precisamente do modo como interpretam o colapso dos referenciais transcendentais e a reorganização técnica da vida moderna.

Na filosofia nietzschiana, a modernidade representa o momento extremo do niilismo ocidental. O niilismo não significa simplesmente ausência de valores ou crise moral da cultura europeia; ele designa o colapso histórico da própria estrutura metafísica do sentido. A “morte de Deus” anuncia a dissolução dos fundamentos transcendentais que sustentavam a verdade, a moral e a finalidade histórica do Ocidente. Deus representa, em Nietzsche, a totalidade dos princípios absolutos mediante os quais a civilização europeia justificou a existência durante séculos. A modernidade destrói progressivamente essas estruturas sem conseguir substituí-las por novos horizontes afirmativos de sentido. O homem moderno descobre-se lançado em um mundo sem fundamento último, sem direção transcendente e sem garantia metafísica da verdade.

O niilismo moderno emerge precisamente dessa experiência abissal da ausência de fundamento. A racionalidade iluminista destrói as antigas certezas religiosas, mas preserva clandestinamente a necessidade metafísica de verdade absoluta e finalidade universal. A modernidade seculariza a

transcendência sem conseguir abandoná-la completamente. O progresso histórico, a objetividade científica e a moral humanista continuam funcionando como substitutos laicos das antigas promessas metafísicas. Nietzsche identifica nessa contradição a doença espiritual da civilização moderna: o homem já não consegue acreditar plenamente nos valores transcendentais, mas permanece incapaz de suportar radicalmente a contingência do devir. O niilismo não é apenas perda de crenças; é incapacidade ontológica de afirmar um mundo sem fundamento.

Nesse contexto, a técnica moderna aparece como expressão da própria vontade de domesticação racional da existência. A civilização técnica transforma o mundo em objeto de cálculo, administração e funcionalidade. O tempo deixa de ser experiência trágica da duração e converte-se em sequência abstrata de operações produtivas. A modernidade técnica reorganiza a existência segundo os imperativos da eficiência, da produtividade e da adaptação social. Nietzsche percebe que a racionalidade moderna produz indivíduos progressivamente incapazes de criação afirmativa. O homem moderno torna-se funcional, previsível e espiritualmente empobrecido. A massificação democrática, a moral utilitária e a racionalização técnica expressam, para Nietzsche, o triunfo histórico da mediocridade organizada.

Benjamin desloca radicalmente essa problemática. Sua crítica da modernidade não se concentra prioritariamente na decadência espiritual da cultura europeia, mas na destruição histórica da experiência humana produzida pelo capitalismo industrial e pela técnica moderna. A modernidade capitalista reorganiza não apenas a economia, mas a própria percepção sensível, a memória coletiva e a estrutura temporal da existência. O capitalismo transforma o tempo em fluxo contínuo de circulação, consumo e aceleração. A experiência deixa de possuir espessura histórica e converte-se em sucessão fragmentária de choques.

Em *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*, Benjamin demonstra que a técnica altera ontologicamente a relação humana com o mundo. A reprodução técnica dissolve a aura da obra de arte isto é, sua singularidade histórica, sua distância contemplativa e sua inscrição ritual na tradição. Entretanto, a perda da aura não constitui apenas transformação estética; ela revela mutação profunda da experiência moderna do tempo. O sujeito moderno já não habita a duração histórica da experiência, mas o fluxo incessante da repetição técnica. A percepção torna-se descontínua, acelerada e fragmentária. A técnica produz uma temporalidade sem memória.

A categoria de choque ocupa posição decisiva nessa análise. A vida metropolitana moderna submete o indivíduo a estímulos contínuos que impedem a elaboração simbólica da experiência. O sujeito moderno vive em estado permanente de dispersão perceptiva. A aceleração técnica destrói a continuidade da memória porque substitui sedimentação experiencial por reação imediata aos

estímulos do presente. Benjamin percebe que o capitalismo industrial produz uma nova forma de pobreza: não apenas pobreza material, mas empobrecimento da própria capacidade humana de experienciar historicamente o mundo.

Benjamin recusa interpretar essa crise apenas como decadência cultural. Sua filosofia procura compreender a modernidade como campo contraditório de destruição e possibilidade histórica. A técnica possui dimensão ambivalente: ela dissolve formas tradicionais de experiência, mas também abre possibilidades inéditas de reorganização política da percepção coletiva. O problema central reside no fato de que a modernidade capitalista subordina a técnica à lógica da mercadoria e da administração social. O tempo humano é absorvido pela temporalidade abstrata da produção, da circulação econômica e da reprodução infinita do capital. A história transforma-se em repetição ampliada da catástrofe.

É precisamente nesse ponto que o antagonismo entre Nietzsche e Benjamin atinge máxima radicalidade. Ambos reconhecem que a modernidade dissolve os antigos fundamentos metafísicos da existência e produz profunda crise temporal da experiência humana. Contudo, suas respostas filosóficas tornam-se irreconciliáveis. Nietzsche procura superar o niilismo mediante afirmação trágica do devir e criação estética de novos valores. Benjamin recusa reconciliar-se plenamente com a destruição histórica produzida pela modernidade técnica. Para ele, a crítica da modernidade exige preservar a negatividade da catástrofe e interromper criticamente a continuidade temporal da barbárie.

A divergência entre ambos revela duas interpretações profundamente distintas da própria condição contemporânea. Nietzsche aceita radicalmente a ausência de fundamento e exige fidelidade absoluta à imanência do tempo; Benjamin insiste em resgatar, no interior da própria história, os fragmentos destruídos pela lógica do progresso moderno. Um transforma o niilismo em possibilidade afirmativa; o outro procura impedir que a destruição da transcendência conduza à naturalização da violência histórica.

Talvez a questão mais decisiva aberta por esse confronto seja a seguinte: como pensar a experiência humana após o colapso dos antigos fundamentos metafísicos sem sucumbir nem à nostalgia transcendental nem à aceitação passiva da catástrofe moderna? Entre a ontologia trágica do eterno retorno e a interrupção messiânica da história, Nietzsche e Benjamin revelam os impasses fundamentais da modernidade tardia. O problema do tempo deixa de ser apenas categoria filosófica abstrata e converte-se em questão decisiva sobre memória, técnica, sofrimento e possibilidade histórica da existência humana.

É precisamente a partir dessa tensão entre afirmação, niilismo, técnica e redenção histórica que se tornam possíveis as considerações finais deste estudo, nas quais se buscará sintetizar criticamente os antagonismos filosóficos entre Nietzsche e Benjamin e avaliar os limites e possibilidades de suas interpretações da modernidade contemporânea.

### **Considerações finais**

O confronto entre Nietzsche e Benjamin revelou, ao longo deste estudo, não apenas duas interpretações divergentes da história moderna, mas duas ontologias antagônicas do tempo. A tensão entre eterno retorno e redenção histórica ultrapassa os limites de uma disputa conceitual acerca da temporalidade e converte-se em problema decisivo sobre a própria possibilidade de habitar a modernidade após o colapso dos fundamentos metafísicos tradicionais. Em ambos os autores, a crise do tempo exprime simultaneamente crise da memória, da experiência e do sentido histórico. Entretanto, aquilo que Nietzsche procura resolver pela afirmação trágica do devir, Benjamin tenta interromper mediante rememoração crítica da catástrofe.

A análise demonstrou que a filosofia de Nietzsche radicaliza a crítica da metafísica ocidental ao destruir toda estrutura teleológica da história. O eterno retorno dissolve a esperança escatológica e elimina qualquer horizonte transcendente de reconciliação. A existência deixa de possuir finalidade exterior ao próprio devir. O amor fati exige fidelidade absoluta à contingência da vida, inclusive em suas dimensões destrutivas e dolorosas. Nesse movimento, Nietzsche leva às últimas consequências a experiência moderna da ausência de fundamento: o homem já não pode apoiar-se em verdades eternas, sentidos universais ou promessas redentoras da história. A modernidade aparece, então, como experiência radical da imanência.

Todavia, precisamente aí emerge a ambiguidade decisiva da ontologia nietzschiana. Ao afirmar integralmente o devir, Nietzsche corre o risco de dissolver a negatividade histórica do sofrimento na necessidade imanente da existência. A violência histórica deixa de exigir redenção e converte-se em expressão inevitável da dinâmica da vida. Sua crítica da transcendência destrói simultaneamente as condições metafísicas da justiça histórica. O eterno retorno transforma o tempo em fidelidade absoluta ao que é, mas essa fidelidade ameaça neutralizar criticamente as ruínas produzidas pela história. A superação do niilismo aproxima-se, assim, de uma aceitação trágica da irreparabilidade do mundo.

Benjamin posiciona-se exatamente contra essa reconciliação afirmativa com a catástrofe. Sua filosofia insiste em preservar a negatividade histórica contra sua absorção pela continuidade temporal da modernidade. O sofrimento dos vencidos não pode ser legitimado como necessidade

ontológica do devir nem dissolvido na abstração progressiva da história oficial. A rememoração benjaminiana rompe o continuum histórico precisamente porque se recusa a aceitar que a barbárie moderna seja naturalizada como destino inevitável da civilização. O Jetztzeit introduz interrupção explosiva da temporalidade progressiva, suspendendo a causalidade histórica e reabrindo criticamente o passado.

A própria filosofia de Benjamin permanece atravessada por tensão incontornável. Sua tentativa de salvar a história da catástrofe moderna reinscreve, ainda que de forma profundamente heterodoxa, uma expectativa redentora que parece resistir à dissolução completa da transcendência. Benjamin procura secularizar o messianismo sem abandoná-lo inteiramente. Sua filosofia oscila continuamente entre materialismo histórico e esperança messiânica, entre crítica revolucionária da modernidade e desejo de redenção dos fragmentos destruídos pela história. A memória converte-se em resistência ética contra o esquecimento, mas também preserva vestígios de uma promessa histórica que jamais se realiza plenamente.

O antagonismo entre Nietzsche e Benjamin revela, portanto, um impasse fundamental da modernidade tardia. Se Nietzsche destrói radicalmente a possibilidade metafísica da redenção, Benjamin demonstra que a eliminação completa da transcendência pode converter a história em mera continuidade da catástrofe. Um afirma o devir até o limite da irreparabilidade; o outro tenta salvar da destruição aquilo que a modernidade continuamente reduz a ruína. Entre ambos emerge a impossibilidade de reconciliar plenamente afirmação e memória, destino e justiça, imanência e redenção.

O estudo evidenciou que o problema do tempo não pode ser separado da racionalidade técnica e da dinâmica do capitalismo moderno. A modernidade reorganiza a experiência humana mediante aceleração contínua, fragmentação da memória e mercantilização da existência. O tempo moderno deixa de constituir horizonte compartilhado de experiência e converte-se em fluxo abstrato administrado pela técnica, pela produtividade e pela circulação incessante das mercadorias e informações. Tanto Nietzsche quanto Benjamin percebem que o niilismo moderno não é apenas crise espiritual ou filosófica, mas transformação estrutural da própria experiência temporal do homem contemporâneo.

Nesse sentido, o conflito entre eterno retorno e redenção histórica permanece profundamente atual. A contemporaneidade intensificou as condições analisadas por ambos os filósofos: aceleração tecnológica, saturação informacional, dissolução da memória coletiva, hiperfragmentação da experiência e normalização permanente da crise. O homem contemporâneo oscila entre adaptação passiva ao fluxo incessante da modernidade e necessidade crítica de interromper a continuidade da

destruição histórica. A modernidade tardia parece aprisionada entre duas impossibilidades igualmente radicais: a impossibilidade de restaurar fundamentos transcendentais estáveis e a impossibilidade de afirmar integralmente um mundo atravessado por violência, ruína e sofrimento histórico.

Nietzsche e Benjamin não oferecem reconciliação para esse impasse. Talvez resida precisamente aí a força filosófica de ambos. Suas obras não solucionam a crise moderna do tempo; elas a tornam irreversivelmente visível. Nietzsche revela que a modernidade destruiu definitivamente as garantias metafísicas do sentido; Benjamin recorda que nenhuma ontologia da afirmação consegue apagar os rastros históricos da catástrofe. Entre a fidelidade trágica ao devir e a exigência impossível de redenção histórica, permanece aberta a ferida fundamental da modernidade: como continuar habitando o tempo quando já não é possível acreditar plenamente nem na salvação da história nem na inocência do devir?

### **Referências bibliográficas**

Friedrich Nietzsche. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Friedrich Nietzsche. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Friedrich Nietzsche. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Friedrich Nietzsche. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Friedrich Nietzsche. **Crepúsculo dos ídolos, ou como filosofar com o martelo**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Friedrich Nietzsche. **O anticristo: maldição ao cristianismo**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Friedrich Nietzsche. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Walter Benjamin. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Walter Benjamin. **Sobre o conceito de história**. Tradução de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Alameda, 2020.

Walter Benjamin. **Origem do drama trágico alemão**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Walter Benjamin. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Walter Benjamin. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Walter Benjamin. **Passagens**. Organização de Willi Bolle. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

*Autor:*

*Marco Aurélio da Silva*

*Doutor em Extensão Rural -UFSM; Mestre em Ciências Sociais - UFSM; Mestre em Educação - UNISC. Tem desenvolvido pesquisas sobre economia solidária, cooperativismo escolar, gestão educacional.*

*E-mail: [marcoaurelio22000@gmail.com](mailto:marcoaurelio22000@gmail.com)*

*ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>*

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6665383866556823>*